

Acolhimento de mulheres violentadas exige capacitação

Poder público e sociedade civil têm papel importante nesse amparo



Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

A violência de gênero, principalmente nos relacionamentos, é uma teia complexa e difícil de se desvencilhar. Não é apenas a agressão física, mas também o ciúme excessivo, o desrespeito, as ameaças e a manipulação que configuram uma relação abusiva e acendem o sinal de alerta para um risco maior. Por isso, no combate à violência contra a mulher, o primeiro passo, a denúncia, é o mais difícil, e exige empatia para lidar com uma pessoa fragilizada pela vida que está tentando deixar para trás.

O medo deste primeiro passo está na repressão. No entanto,

o destaque é que, ao procurar as autoridades competentes, a mulher entra no radar da segurança pública e, estatisticamente, passa a estar mais segura, conforme a secretária estadual da Mulher, Ana Costa. Outro alerta é para o ciclo vicioso das agressões, com o discurso da mudança e do arrependimento promovido pelo parceiro.

Ana salienta que, após um episódio de violência física ou ameaça, há a “fase da lua de mel”, na qual a vítima baixa a guarda ao acreditar que aquele foi um caso isolado. “Muitas vezes é nesse momento que as tragédias maiores acontecem”, afirma a secretária, em referência aos feminicídios, contabilizados em 62 até este momento no Estado.

É daí que urge, portanto, a necessidade de uma atuação do poder público e da sociedade civil organizada para fornecer as

ferramentas necessárias às mulheres para sair destes relacionamentos e cortar o contato com seus agressores. Essa organização é plural, envolvendo acolhimento, conscientização e um pulso firme na identificação e punição aos agressores.

As casas-abrigo são uma das principais opções, já que oferecem uma saída imediata. Porém, é preciso um olhar especial para a mulher que está ensaiando uma denúncia ou ainda não está pronta para ir direto a um abrigo. Em Porto Alegre, a Casa Mulheres Mirabal é um movimento social que atua há uma década no acolhimento contínuo de mulheres e seus filhos.

A coordenadora Thainá Olga explica que o processo é conduzido por uma equipe técnica de psicólogas e advogadas que fazem a escuta da mulher, analisam a demanda e definem os encaminhamentos jurídicos, psicológicos e sociais.

Após o encerramento do abrigo temporário no antigo imóvel ocupado, a organização obteve a cessão de uma nova sede na Zona Sul, na esquina das avenidas Cavallada e Otto Niemeyer, onde mantém os serviços de acolhimento e redireciona solicitações de abrigo para vagas na rede.

Thainá entende também que o serviço de abrigo está precarizado pelo poder público, afirma que faltam vagas em alguns casos e há uma burocracia extensa



Defensoria Pública do RS oferece 15 unidades espalhadas pelo Estado

para conseguir o acesso. A Mirabal ofereceu a função por aproximadamente nove anos, antes da troca de sede, e não pôde continuar na Zona Sul, focando apenas no acolhimento.

Sobre o cenário atual, a coordenadora entende que houve grandes avanços nos últimos dez anos, mas que ainda falta vontade política para resolver a crise dos feminicídios. E relaciona o aumento do fluxo na Mirabal ao acesso à informação, mais plural nos dias de hoje, com um “conjunto de práticas que ajudam mulheres a se educarem mais no que diz respeito à violência”.

Pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além da atuação do Estado e dos municípios, o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), por meio da Rede GHC de Assistência Humanizada às Mulheres em Situação de Violência (Re-Humam), no Hospital Cristo Redentor, mapeia mulheres que podem estar sendo violentadas e, acima de tudo, oferece acolhimento na Sala Elza Soares, onde são feitas consultas e providenciados os encaminhamentos necessários.

A coordenadora do Re-Hu-

mam, Débora Abel, explica que o critério de acesso exige que a mulher tenha tido passagem ou atendimento prévio em qualquer unidade da rede GHC, que acolhe pacientes originadas da atenção primária, emergências hospitalares, Unidades de Pronto Atendimento (Upa) e Centros de Atenção Psicossocial (Caps).

No atendimento, o primeiro contato é realizado pelo serviço social, que mapeia o tipo de violência vivenciada e a dinâmica de vida da paciente. Depois, a mulher é vinculada a psicólogas. Encontros presenciais são prioridade, mas a dinâmica por vídeo é utilizada em casos urgentes e com pacientes do Interior e Litoral.

Na busca proativa, a equipe utiliza um sistema tecnológico que varre diariamente as classificações de risco de todos os serviços do GHC em busca de termos descritivos de agressão – “soco, chute, ferimento por arma de fogo ou arma branca” são exemplos citados por Débora. Após a identificação, a equipe contata a mulher via WhatsApp em até 24 horas para ofertar o acolhimento antes que ela entre na fase da “lua de mel”.



CASA MIRABAL/DIVULGAÇÃO/JC

Casa Mirabal atualmente está na Zona Sul, com foco no acolhimento

Interior do Estado impõe dificuldades por conta de uma rede fragilizada

Já no interior do Estado, a realidade é ainda mais árdua. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e relatórios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que cerca de 50% dos feminicídios no Brasil ocorrem em municípios com menos de 100 mil habitantes. A explicação está, justamente, nas redes menos equipadas para combater o fenômeno.

A dirigente do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE-RS), Bibiana Veríssimo, atesta que a rede de proteção na Região Metropolitana de Porto Alegre, especialmente na Capital, é muito maior e mais eficiente. “Não que ela seja perfeita, evidentemente-

te. Tem muitas falhas estruturais que merecem ser revistas”, faz a ressalva.

Um exemplo é que em Porto Alegre há justamente as casas de passagem. No Interior, em diversos casos, as mulheres são colocadas em hotéis, conforme a dirigente. Outro dificultador é a comunidade, principalmente em municípios menores. “Para a mulher de uma cidade pequena ir até a delegacia de polícia já é uma violência. Todo mundo se conhece, é muito mais difícil”, frisa Bibiana.

A Secretaria da Mulher, inclusive, concluiu e está operacionalizando um prontuário da mulher que procura a rede de proteção, unificando um sistema para todas

as cidades. Outra iniciativa é o Ônibus Lilás, com duas unidades que irão circular pelas cidades com salas de atendimento. Além disso, a pasta oferta a Escuta Lilás, um número de telefone (0800 541 0803) que pode ser chamado pela mulher e pelo município em busca de ajuda nos casos de violência.

Quanto à atuação da DPE-RS, existem 15 Defensorias Públicas Especializadas no Atendimento à Mulher no Estado, espalhadas pelas principais comarcas. Nesses locais, os defensores públicos e suas equipes atuam exclusivamente no atendimento e defesa das vítimas de violência doméstica e de gênero. Onde não há uma unidade exclusiva, o atendimento é prestado

pelo defensor natural da cidade, responsável por diversas áreas. Vale ressaltar que o órgão também oferta o atendimento jurídico.

No meio digital, a mulher em busca de amparo pode ligar para o telefone 129, informar seu CEP ou endereço e ser direcionada sobre qual é a Defensoria Pública responsável pela sua região. Para evitar que o deslocamento físico até a sede da comarca seja um obstáculo, a DPE-RS também realiza atendimentos por telefone e chamadas de vídeo. Assim, a orientação e os pedidos de medidas protetivas de urgência podem ser encaminhados à Justiça sem necessidade de deslocamento inicial presencial.

Para os próximos anos, Bibia-

na é otimista e entende que o debate está latente na sociedade, fazendo com que o assunto seja mais tratado em casa e, principalmente, nas escolas. Já Thainá, da Mirabal, tem outra visão. Ela diz que a naturalização do discurso de ódio e da misoginia, especialmente entre os jovens, somada à falta de investimento continuado do poder público e à resistência em aprovar legislações mais rígidas, prolonga a crise e nubla o horizonte.

Esta é a terceira reportagem de uma série que aborda a realidade da violência contra a mulher no Rio Grande do Sul.